



REFLEXÕES ACERCA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

REFLECTIONS ON DILMA ROUSSEFF'S IMPEACHMENT

Rafael Ramos Teixeira¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de dissertar sobre o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, seus motivos e reflexões acerca no processo. Uma análise do quadro político e ideológico de então e suas repercussões. Ou seja, investigar como, e de que forma se deu o processo que culminou, através do livro de Mattos, no impeachment, como a mídia televisiva e a digital manipularam as informações para que se chegasse à tirar a presidenta do poder. Passeatas foram organizadas e coordenadas por interessados num rumo direitista da nação. E, através de uma exposição cronológica, analisar todo o processo do impeachment, as passeatas, suas orientações e consequências políticas.

Palavras-chave: Impeachment. Política. Reflexões.

ABSTRACT

This article aims to discuss the impeachment of former President Dilma Rousseff, her motives and reflections on the process. An analysis of the political and ideological framework of the time and its repercussions. That is, to investigate how, and in what way, the process that culminated, through Mattos' book, in the impeachment, how the television and digital media manipulated the information to remove the president from power. Marches were organized and coordinated by those interested in a right-wing direction of the nation. And, through a chronological exposition, analyze the entire impeachment process, the marches, their orientations and political consequences.

Keywords: Impeachment. Politics. Reflections.

INTRODUÇÃO

Este artigo é inspirado e parcialmente influenciado pelo livro *Historiadores Pela Democracia* que surgiu como uma ideia de um grupo de face book que unia os

¹ Graduado em História e aluno do curso de Especialização em História, Cultura e Poder, Unisagrado - Bauru/SP.



depoimentos insatisfeitos de profissionais e interessados (MATTOS, 2016, p.10) para trocar conhecimento, relatos, experiências etc.

Nele encontramos desde as primeiras manifestações até o processo em si. Fazendo um percurso total dos acontecimentos. E fica-nos explícito uma posição anticomunista nas manchetes de jornais analisados pelo livro. São fatos manipulados pela grande mídia que só tolera manifestações dentro da “Nova Ordem Mundial, ou seja, para cobrar não para mudar esta “Ordem” (BRENER, 1994, p.14).

As manifestações começam a ter relevância política a partir de 2015, ano em que Dilma assume seu segundo mandato e assusta a opinião política nacional com uma possível ditadura de esquerda. Ou melhor, veremos neste texto que o impeachment não foi por motivos democráticos e sim por falta dele. Isto é, uma possível perpetuação da esquerda no poder poderia levar a uma ditadura esquerdista ou uma revolução da esquerda.

O brasileiro gastou suas últimas expectativas no governo do PT, de 2003 à 2017 (MATTOS, 2016, p. 29). E viu-os desmoronando perante as manifestações do Golpe de 2015, com o apoio do FIESP e outras entidades burguesas (MATTOS, 2016, p. 41). O PT é um partido que surge após a Ditadura e reúne ideias democráticas e de cunho social, desde sua origem atraiu pessoas engajadas na política de esquerda do País (FERREIRA NETO, 1980, p. 74) e usou de todos seus recursos durante seus mandatos à presidência.

De qualquer forma, podemos simplificar as manifestações como “algo permitido” e “reproduzido” na mídia, tornando-se um Golpe, ou seja, um acontecimento ilegítimo por ser manipulado de acordo com as intenções de então e não uma veiculação espontânea de algo espontâneo. Podemos notar também que pela opinião pública, um sendo articulados em seus ideais (MATTOS, 2016, p. 57) uma utopia de direita já é sonhada e reivindicada nas ruas (COELHO, 1980, p. 69), fato que pode ser notado nesta campanha política do ano que estamos, 2018, com elegíveis à cargos políticos que fazem uma campanha bonitinha correta, colorida e com vários rostos salvadores da pátria. Mattos (2016, p. 71) segue nos relatando sobre a explícita e audaciosa posição dos golpistas comparando-os à inquisição ou à uma justiça burguesa da época da revolução de 1789 que defende os interesses de si mesma.



No momento deste artigo (05/09/18), o representante do PT Lula Inácio da Silva está como candidato à presidente de forma que não se cogite que estamos sobre um golpe e que não vão proibi-lo de se reeleger. Através de sensacionalismo como a cobertura televisiva da greve dos caminhoneiros no qual é demonstrado a insensatez da esquerda ou pela morte da vereadora Marielle, ou do esfaqueamento de Bolsonaro.

Cronologicamente temos em 2016:

11 a 17 de Abril– atos pela democracia c/ artistas e intelectuais e a presença de Lula;

17 de abril – votação do impeachment num domingo, transmitido pela TV aberta;

26 de abril – representantes da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo entregue ao presidente do Senado e ao STF amis de 300 manifestos contra o impeachment e a quebra do Estado Democrático de Direito (MATTOS, 2016, p. 99).

Hoje, 07 de setembro de 2018, temos os extremos dos presidentes em situação de envergonhar nossas democracias: um preso e o outro esfaqueado. Sem mencionar que em abril de 2016, Brasília teve a Esplanada dos Ministérios cercada por um muro para evitar manifestações, medida antagônica aos princípios de liberdade e acessibilidade. Com isso vem a questão: estaremos a beira de uma guerra civil (MATTOS, 2016, p. 108)? Até onde vai a manipulação da mídia?

A Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH) se posicionou contra se posicionou contra o impeachment da Dilma visto que essa foi eleita democraticamente e a votação do impeachment não passava de uma manipulação ideológica (MATTOS, 2016, p.123). A autora ainda coloca que é feito um cronograma dos vice presidentes que assumiram o cargo no decorrer da história do Brasil e seus motivos. Além de esplanecer que atualmente não temos um estado democrático de direito e sim um estado de exceção, termo utilizado no período em que Hitler esteve no



poder na Alemanha, ou seja, um delicado estado que está tentando se reorganizar ideologicamente (MATTOS, 2016, p. 143).

Mattos (2016, p. 181) nos traz várias referências ao Golpe de 64, comparando o cinismo da época e seus protagonistas com o impeachment da Dilma e seus desenrolares. Antes das manifestações de 2015, estudantes organizaram manifestações em 2013 contra o valor do transporte público em São Paulo: “Não é apenas por 20 centavos, é por 500 anos” (MATTOS, 2016, p. 183-184). Vendo isto, setores da centro-direita aproveitaram para uma manifestação mais ampla, contra o Partido dos Trabalhadores e a presidenta .

Abalando os alicerces do Estado: “[...]O que sustenta nosso Estado não são as togas, os papéis constitucionais ou as armas. O que sustenta nosso estado é o pacto mínimo de o governo majoritário governará por quatro anos respeitando os limites constitucionais [...]” (MATTOS, 2016, p. 190).

O livro ainda nos traz várias reflexões feitas sobre a formação sociológica do Brasil, um país atrasado, submisso e corrupto confesso e que não conseguiu sua evolução ainda. De forma que não consegue essas manifestações políticas, essa é uma visão preconceituosa de muitos sociólogos brasileiros, uma visão norte-atlântico-branca (MATTOS, 2016, p. 199-200).

Poderemos fazer uma reflexão à la Hobsbawn (2013, p. 222) onde ele diz que não é o fim da História Contemporânea e podemos dizer que não é o fim da esquerda no Brasil visto as oscilações de esquerda e direita na formação do País. Sabemos também que para ser feita uma análise do golpe através da mídia oficial ficaríamos sem fontes e que o necessário é através da mídia alternativa.

Todas as manifestações durante o impeachment levaram a uma tomada de direita extrema em todo o País (HOBSBAWN, 2013, p. 258). E, atualmente é o sentido mais obvio da direção do País. A seguir vamos fazer uma apreciação de oito artigos encontrados na internet:

Rogério (2017) nos diz que é um processo contra o poder executivo seja ele qual for, do federal ao municipal e que pode ser desencadeado por qualquer cidadão desde que o acusado se enquadre na lei que puni desmandos de um governo irresponsável. A



denúncia deixa de ser uma queixa e passa a ser um processo depois que votado pela câmara a qual é submetido, e, sendo condenado, o político fica inelegível por oito anos. Visto que este só pode ser retirado do cargo se assumir o vice e se faltar dois anos ou mais para o fim do mandato. Convocando-se assim novas eleições para o cargo subtraído. Deste ponto de vista, o impeachment é um recurso da população contra os possíveis abusos da classe política, um recurso democrático contra qualquer abuso de poder.

Sarmento (2015) encontramos uma contextualização histórica que vem de 2013 até 2016. Movimentos estes coordenados por parte da elite que não se via contente com o mandato de Dilma e resolve agir contra, apelando para o impeachment de Dilma, agindo contra uma presidenta democraticamente eleita. E, encontra-se entre os principais mentores, o FIESP. Como exemplo o golpe do Paraguai de 2012, menos dissimulados por ser militares declaradamente contra o poder vigente. Golpe que assim como o do Brasil foi vista de forma não censurável e legítima, devido à um conflito de camponeses na zona rural, o presidente do Paraguai é deposto, sendo culpado pelos confrontos de então, fato esse que se compara ao impeachment do Brasil.

Sarmento (2016) continua em outro texto, o processo do impeachment é um direito antigo, que remonta a Inglaterra dos sec. XIII e XIV e chega ao Brasil na constituição de 1891. E é usado atualmente na América Latina para destituir governos que não trabalhem para os donos do poder, fato que pode ser averiguado em quase todos os países do continente entre o período de 1995 à 2005. Muitas vezes com as seguintes características:

a) os militares não estão envolvidos; b) os meios de comunicação são os guardiões da moral pública; c) há um respaldo público: manifestações; d) o parlamento é responsável pela transição.

Já Nogueira (2016) coloca sobre o processo do impeachment temos todo o caminho jurídico a ser traçado pela justiça para se chegar ao impeachment, tais procedimentos são: pedidos de impeachment feito por qualquer cidadão que tenha interesse em tal processo. Feito isso, a Câmara dos Deputados tem de aprovar com dois terços de seus membros. Esta decisão não significa o julgamento propriamente dito da presidenta e sim o início do processo que será efetivado pelo STF (Supremo Tribunal



Federal) através do Senado Federal, caso o delito seja de responsabilidade, ou melhor, que não seja um crime comum.

E caso o Senado Federal se responsabilize, ele tem que obter 2/3 dos votos contra ou a favor para se chegar a um veredito quanto ao impeachment. Julgado, este ficará suspenso por 8 anos de qualquer cargo público. Ou seja, a presidenta foi acusada de crime de responsabilidade por gastar demais e descumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), houve um período de 180 dias de suspensão de mandato para julgamento, no qual passou pela Câmara, Supremo e Senado.

Vieira (2017) traz à tona o papel da mídia brasileira que fez com que a opinião pública se voltasse contra a Dilma e depois se mantivesse conformada com o desenrolar dos acontecimentos. Assim, os noticiários difamaram a presidenta e depois a retiraram do cenário agindo através da mídia televisiva ou on-line, fizeram manifestações em 160 cidades brasileiras, enfim, houve toda uma articulação das informações e mobilizações para tirar Dilma do poder, contestado por motivos de responsabilidade, “Lava-a-Jato”, que difamou sua figura pública. Tornou pauta nas ruas e na mídia noticiários sensacionalistas e catastróficos. Sem reflexão sobre o antes e o após o golpe da presidenta. Seus motivos expoentes e legais para tal iniciativa. Assim sendo, chegamos a conclusão de que os meios de comunicação, especialmente o televisivo colabora para um mal estar cívico (NORRIS, 2000b *apud* VIEIRA, 2017) e mesmo uma descrença nas instituições demográficas. Da mesma forma da televisiva, a mídia impressa também colaborou para a deposição de Dilma e sua difamação como a Veja.

A falta de interesse político é tão que numa entrevista do Datafolha de 1989 refletia uma opinião que está em voga ainda hoje entre boa parte da população, na pesquisa observou-se que: 57% defendiam o regime democrático, 19% diziam que tanto faz democracia ou ditadura e 13% não opinaram (VIEIRA, 2017, p.18).

Depois de toda essa avaliação sobre as pesquisas políticas e manipulação da mídia chegamos a conclusão de que o brasileiro aceita a condição de golpe sim, e se necessário até de uma intervenção militar ou algo do tipo. Não há uma alienação para com os fatos mas uma alienação quanto ao risco de um futuro governo totalitário ou despótico.



No El País do período temos: Mas afinal, do que a Dilma é acusada? Dilma Roussef é acusada no impeachment de assinar três decretos orçamentários para investimentos, os quais ultrapassaram a LDB em 2,3 bilhões de reais. Dessa forma, acusada de “irresponsabilidade fiscal”. Já a defesa declara que o valor gasto não foi a mais e sim remanejado, não tendo assim um gasto indevido e sim um gasto em outra área, sem impacto na meta fiscal. Ou seja, uma quantia foi investida numa área sem autorização e de outro lado se evidenciou um calote de algumas contas não pagas, visto que este tipo de transação pode ser feita com ou sem autorização presidencial. (A GUERRA, 2016)

Já Batista (2017) comenta que encontramos um paralelo entre a Ditadura Militar de 64 e o impeachment da Dilma. Visto que esse pode ser comparado à várias outras manifestações anti-democráticas no Brasil, perseguições torturas, clandestinidade e na maioria das vezes ligadas à comunistas perseguidos ou subversivos. Além, é claro que efetivamente estes governos não eram auto declarados comunistas e sim estavam no governo sob um período conturbado e efervescente. Esta posição é um fato consumado para quase todos os períodos de crise; a direita escolhe um bode expiatório e o taxa de comunista para desacreditá-lo e subjugá-lo. O próprio partido PT não pode ser enquadrado como socialista ou comunista, ele é acima de tudo um liberal, tornado-se mais social com ações assistencialistas. Um fator comum aos dois períodos de golpe foi uma esquerda fragmentada e fraca, enfim, sem nenhuma estratégia política para resistir (TOLEDO, 1997, p. 42 *apud* BATISTA, 2017).

Não só a Dilma teve pedido de *impeachment* mas Temer também teve oito nos anos de 2016 à 2017. Fato que demonstra o engajamento e a força política da época, em outras palavras, a população brasileira estava empolgada de tal forma que pediram a cassação até de Temer mas esta não fazia um papel tão fundamental na mentalidade brasileira, ou melhor, não era necessário a retirada mesmo com oito pedidos em trâmite (BATISTA, 2017).

Num outro texto a autora Chaia (2016, p. 49), traz discursos pronunciados pelos deputados durante a votação na câmara sobre o impeachment:

– Por Deus e em nome de meu pai



- Pelo povo de Deus, pela família brasileira
- Em respeito ao povo brasileiro.

As manifestações começaram em meados de 2013 com uma série de movimentos sociais: Movimento Passe Livre (MPL), Blach Blocs e outros, e em 2014 se acentuou com os movimentos ante Copa do Mundo até culminarem no processo do impeachment em 2016 (CHAIA, 2016).

REFERÊNCIAS

A GUERRA jurídica do Impeachment: do que Dilma é acusada? **El País**, Brasília, DF, 30 ago. 2016. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html. Acesso: 29 out. 2018.

BATISTA, Ariel Cherxes. O Golpe de 1964 em comparação com o Impeachment de 2016 e a afirmação de um passado que não passa. In: Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 6., 2017, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2017. p. 104-123. Tema: Cultura, políticas e conflitos sociais. Disponível em:
<http://periodicos.ufes.br/UFESUPEM/article/view/18039>. Acesso em: 3 nov. 2018.

BRENER, Jayne. **O Pós-Guerra Fria**. São Paulo. Ed. Scipione, 1994. 124 p.

CHAIA, Vera. O Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff???. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.47-54, abr. 2016. Disponível em:
opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/Vera-Chaia.pdf. Acesso em: 3 nov. 2018.

COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo: brasiliense, 1988. 100 p.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1980. 100 p.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século séc. XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 598 p.

MATTOS, Hebe (org.). **Historiadores pela Democracia: o golpe de 2016: a força do passado**. São Paulo: Alameda. 2016. 284 p.

NOGUEIRA, Thulio Guilherme Silva. O Impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança é mera coincidência. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2016.



Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/13765>.
Acesso em: 16 nov. 2108.

ROGÉRIO, Márcio. **O Processo de Impeachment**. Teresina: Jus Navigandi, 2017.
Disponível em: jus.com.br/artigos/55572/o-processo-de-impeachment. Acesso em: 30
set. 2018.

SARMENTO, Leonardo. **Fundamentos Jurídicos e Políticos para o Impeachment de presidente Dilma Rousseff – questões**. [S.l.]: Jusbrasil, 2016. Disponível em:
<https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/266747438/fundamentos-juridicos-e-politicos-para-o-impeachment-de-dilma-rousseff-questoes>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SARMENTO, Leonardo. **Novos e Claros Fundamentos para o Impeachment de Dilma Rousseff**. [S.l.]: Jusbrasil, 2015. Disponível em:
<https://leonardosarmento.jusbrasil.com.br/artigos/155132003/novos-e-claros-fundamentos-para-o-impeachment-de-dilma-rousseff>. Acesso em: 16 nov. 2018.

VIEIRA, Aiene de Oliveira. Crise política e impeachment: Uma análise dos efeitos da cobertura midiática na deposição de Dilma Rousseff. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, Naviraí, v. 5, n. 10, p. 4-26, 2017. Disponível em:
<http://seer.ufms.br/index.php/persdia/article/view/4078>. Acesso em: 16 nov. 2018.